

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



*Ethnos*, Lisboa, 1935 – 1979

A 5 de Julho de 1935, a Direcção do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia (IAHE) reunia-se para aprovar os estatutos de uma revista científica sua sufragânea, cuja existência estava já prevista em 1933 (decreto nº 22.338, de 13 de Março, fundador do Instituto). Por sugestão de uma das suas principais figuras, Manuel Heleno Júnior, foi decidido atribuir-se-lhe o nome de *Ethnos*, mote grego que significa “cultura” ou “raça”, estando, portanto, em consonância semântica com a proposta científica do IAHE. O director do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos, o referido Manuel Heleno, reclama como sua a sugestão do nome na secção *Varia* do número inaugural de 1935, referindo também que a revista viera a lume somente 3 anos após a fundação do instituto, mercê dos constrangimentos resultantes da dependência de financiamento exclusivamente proveniente das quotizações dos sócios do Instituto. Relembra, por fim, a prioridade da revista portuguesa na assunção do nome *Ethnos* por oposição a um periódico homónimo, entretanto surgido em Estocolmo.

Era o início de uma revista ligada a duas das instituições científicas mais marcantes do século XX português: a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (fundada em 1911) e o Museu Etnológico (1893), posteriormente Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos (actualmente Museu Nacional de Arqueologia). Pertencendo desde 1913 à Faculdade, o Museu seria a base de construção do percurso intelectual e cívico de José Leite de Vasconcelos, figura tutelar da Etnografia e da Arqueologia portuguesas, bem como do seu sucessor Manuel Heleno Júnior. A Etnografia e a Arqueologia conheceram grandes desenvolvimentos neste caldo de permutabilidade institucional, sem o qual a génese da *Ethnos* perde muito do seu significado coevo.

A criação do IAHE e a concomitante publicação da *Ethnos* ligam-se pois à história interna da disciplina da Arqueologia e do seu posicionamento político no seio do quadro salazarista, indissociavelmente ligada como estava ao do segundo director do Museu Etnológico. Começando pelo segundo ponto, a verdade é que, se Leite de Vasconcelos sempre se mostrou notoriamente alheado das polémicas políticas do seu tempo e sobreviveu sem sobressaltos às mudanças de regime ao longo do primeiro quartel do século XX, Manuel Heleno menciona programaticamente (na secção *Varia* do número de 1935) as “tentativas de



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

espoliação das glórias nacionais levadas a efeito por certos sábios estrangeiros" no sentido de desvirtuarem a "evidência [d]o papel de Portugal no descobrimento da Terra, na criação de novas nações, em resumo, [n]a acção de Portugal na História da Civilização". No mesmo sentido convergiu a criação da insígnia e do selo do Instituto (que se manterão alternadamente na capa ou na contracapa da publicação doravante), definidos em sessão de 18 de Outubro de 1940. Consiste "[n]um disco de prata com doze quinas de azul carregadas, cada uma, de cinco besantes de prata, da forma e na disposição do sinal rodado de D. Afonso Henriques. (...) Este emblema é acompanhado exteriormente de dois ramos de louro de sua cor, cruzados em ponta e atados de ouro", conforme o mesmo autor se encarrega de elucidar no segundo número da revista. A ligação afonso-henriquina, intrinsecamente genética, patriótica, nacionalista e providencialista, conotaria a revista e o seu ideário com o Estado Novo, em coerência com as simpatias políticas do seu principal dinamizador, embora a integridade dos textos e a validação científica dos artigos pareça sempre ter sido respeitada, conforme se indica logo após a ficha técnica de todos os 8 números.

No tocante ao primeiro ponto, a "necessidade de agremiar os amigos do Museu Etnológico, tão injustamente atacado" pela Associação dos Arqueólogos do Carmo, coordenada por Mendes Correia, constituiu outra das razões invocadas pelo futuro director da Faculdade de Letras de Lisboa. Seguindo Carlos Valentim ("Heleno (Júnior), Manuel Domingues, *Dicionário dos Historiadores Portugueses*), pode ver-se nesta agremiação, por um lado, a constituição de uma escola de pensamento arqueológico que se opunha à existência de afinidades negroides e australóides com os povos dos concheiros de Muge, por oposição à influência do elemento africano na gestação da nacionalidade portuguesa, defendida por Mendes Correia; por outro, a manifestação institucional de um projecto pessoal de poder por parte de Manuel Heleno que, estando inequivocamente próximo de Leite de Vasconcelos, lhe sucedeu na direcção do Museu Etnológico, reservando para si amplos poderes de autorização e execução de expedições de prospecção e investigação arqueológicas. Esta discricionariedade terá coarctado iniciativas arqueológicas provenientes de sectores da disciplina dotados de uma visão distinta da de Manuel Heleno que, de resto, invocará sempre "a defesa do património arqueológico da Nação", título de um seu artigo da edição de 1965. O IAHE e a revista *Ethnos*, criados no auge da polémica, serão as tribunas científicas do grupo do Museu Etnológico encabeçados por Heleno e tutelados, honorificamente, pelo magistério científico de Leite de Vasconcelos.

Do ponto de vista da sua organização interna, ainda de harmonia com o decreto de nº 22.338 (promulgado pela iniciativa de Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública), a direcção da revista plasmava a organização do órgão decisor do Instituto de História, Arqueologia e Etnografia, assumindo-se inerência de funções, com o seguinte desenho administrativo: presidente, vice-Presidentes, 1º secretário e conservador das colecções, 2º secretário, vogal encarregado das publicações, tesoureiro e 2 vogais. O número inaugural da revista abre com José Leite de Vasconcelos (João Paulo Silvestre,



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

“Vasconcelos [Pereira de Melo], José Leite de, *Dicionário dos Historiadores Portugueses*) como presidente, bem como com Manuel Heleno Júnior e João Silva Marques (compilador dos *Descobrimentos Portugueses*) como vice-presidentes; Orlando Ribeiro (nome maior da Geografia portuguesa) ocupa o cargo de 2º secretário e José Augusto Frazão de Vasconcelos (historiador de algum prestígio durante o Estado Novo) o de vogal encarregado das publicações; este desenho coloca em posições de chefia algumas das figuras mais influentes da academia portuguesa dos primeiros 3 quartos do século XX; Orlando Ribeiro mantém-se nas mesmas funções em 1942, mas ter-se-á aparentemente afastado depois desta data, talvez fruto da “disputa (...) em torno da herança de José Leite de Vasconcelos, de quem se consideravam, ambos [Orlando Ribeiro e Manuel Heleno], zelosos discípulos” (Carlos Manuel Valentim, *Idem*); Frazão de Vasconcelos manterá o mesmo cargo até 1965, tornando-se vogal nos números seguintes de 1966 e de 1969, falecendo neste último ano; digno de interesse será o facto de, em 1942, por morte de Leite de Vasconcelos, o cargo de presidente se apresentar vacante: Manuel Heleno somente aparecerá como detentor do cargo máximo em 1948, assim se mantendo até à sua morte, em 1970; em 1979, será já Justino Mendes de Almeida (historiador e arqueólogo, vice-presidente da Academia Portuguesa da História e antigo presidente da Junta de Investigações do Ultramar) o seu director.

O local de edição é invariavelmente Lisboa, por norma numa tipografia sita na Rua das Gáveas, ao Bairro Alto: numa fase inicial contava com as quotizações dos sócios do IAHE; posteriormente, contará com o alto patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian (a edição de 1965 possui uma fotografia de Calouste Gulbenkian) e da Secretaria de Estado da Cultura (1979). Não se encontra qualquer indicador da tiragem da revista: podemos especular que, tendo em conta os assuntos que abordava, bem como as reconhecidas dificuldades financeiras do IAHE ao longo da sua existência, não seria de molde a augurar-lhe uma distribuição vasta. Não temos também qualquer referência ao preço da publicação.

Prioritariamente dedicada a temáticas arqueológicas, históricas e etnográficas e a obedecendo aos ditames da historiografia da Escola Metódica, que recorria com persistência à reprodução fac-similada de documentação avulsa, a revista destina-se, claramente, a um público erudito, especializado nestas ciências. Não é, de todo, uma revista de divulgação. É um periódico científico, destinado à actualização dos resultados de expedições arqueológicas sitas em território nacional (mesmo quando apresentada por autores estrangeiros), à exposição de investigação etnográfica de campo, à exploração historiográfica de *topoi* maioritariamente focados no período da Expansão Portuguesa e, marginalmente, no debate de subtilezas filológicas.

A periodicidade é extremamente irregular, contabilizando-se apenas 8 números entre 1935 (*terminus a quo*) e 1979 (*terminus ad quem*); em abono da verdade, inexistem em todos os números, bem como nos estatutos do instituto de que era dependente, qualquer menção à aparente periodicidade da revista científica; parece ter sido publicada apenas pelo esforço permanente de Manuel Heleno e, em duas



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

ocasiões, no contexto das homenagens académicas prestadas na sequência da morte de duas figuras incontornáveis naquele contexto: Leite de Vasconcelos (recordado na edição de 1942, com menções frequentes na seguinte, de 1948) e Manuel Heleno (rememorado em 1970, ano da sua morte); por outro lado, a partir de 1965, parece haver um esforço consistente no sentido de se regularizar a sua periodicidade, manifesto no facto de se publicarem 4 números em 5 anos (1965, 1966, 1969 e 1970): talvez a tomada de consciência, por parte de Manuel Heleno, da subalternização da revista que homenageava o seu mestre Leite de Vasconcelos e fruto das circunstâncias profissionais: lembremo-nos que deixara a Direcção da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1964.

Podemos delimitar 3 fases na evolução do periódico: a primeira na sombra de Leite de Vasconcelos (a edição de 1948 apresenta uma fotografia da escultura do arqueólogo, da autoria de Raúl Xavier, datada de 1934) ou fase inicial (1935-1948); a segunda sob a égide de Manuel Heleno ou fase de ressurgimento (1965-1970) e a terceira, a perda da *raison d'être*, ou o epílogo (1979).

A revista não circunscreve, de todo, a sua participação a autores lusófonos, embora estes sejam maioritários (preferencialmente portugueses, embora contando também com brasileiros). Reproduz artigos de autores de língua inglesa, espanhola, alemã, francesa e polaca (embora o autor desta nacionalidade escreva em português, radicado como estava em Portugal). A internacionalização lograda é mais visível no primeiro e último números (1935 e 1979), sendo que os números intermédios se ficam pela colaboração mais residual de autores de língua espanhola e francesa. Os autores estrangeiros participantes são Georges Zbyszewski, Thomas Bubner, Charles Boxer, Georg Otto Schurhammer, Juan Llabrés Bernal, Georg Leisner, A. R. Nykl, Gastão Bettencourt e Jean Ollivier. Os autores portugueses de maior destaque serão, para além dos já referidos, Serafim Leite, Rocha Madahil, Silva Marques, José Hermano Saraiva, Hernâni Barcos, Saavedra Machado, João Afonso Corte-Real, Fernando Castelo Branco, Margarida Ribeiro, Eduardo Prescott Vicente, Vítor Serrão, Jorge de Alarcão e Eduíno Borges Garcia.

Do ponto de vista temático, no total dos 8 números, totalizam-se 147 artigos, com a seguinte distribuição temática: 59 de Arqueologia, 43 de História, 28 de Etnografia, 6 de Filologia, 5 de História de Arte, 4 Memoriais, 1 de Literatura e 1 de Metodologia Histórica. Em termos de evolução temática, a História fora hegemónica em 1935, mantendo-se sempre acima dos 5 artigos, com as excepções de 1966, 1970 e de 1979, apresentando neste último apenas 1 único artigo; pelo contrário, após um começo modesto (2 artigos), a Arqueologia sobrepuxará a sua concorrente directa no espaço que lhe é consagrado nos restantes números, com as excepções de 1965 e 1969: a maior disparidade registar-se-á em 1979, ano em que apresenta 7 artigos contra apenas um de temática histórica; a Etnografia mantém a mesma toada da Arqueologia, crescendo bastante após lhe ter sido devotado apenas uma pequena recensão no número inaugural; marginalmente, registam-se os memoriais, dedicados a figuras relevantes dos campos de incidência científica do periódico, mormente à reunião de subsídios para a actividade científica e académica



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

daquelas; regista-se também um único artigo dedicado à Literatura, na mesma situação da Metodologia Histórica; destaque, finalmente, para a Filologia, com 6 artigos, 3 dos quais na edição de 1935, registando-se a sua última ocorrência em 1969, bem como para a História de Arte, que manteria uma participação modesta, embora regular, no decurso da actividade do periódico. Deste modo, cerca de 88% da produção científica total da revista foi consagrada à Arqueologia, História e à Etnografia, estando os restantes 12% reservados à Filologia, História de Arte, Literatura, Metodologia da História e aos Memoriais, donde se conclui uma coerência notável para com as áreas temáticas centrais do Instituto do qual a revista é uma emanção.

Merecem referência os artigos de temática arqueológica, histórica e etnográfica. Fundamentalmente fiéis à escola arqueológica histórico-cultural, quase toda a produção se dedica à inventariação sistemática de achados resultantes de expedições realizadas sobretudo sob a égide do Museu Etnológico e de definir, com base na cultura material em análise, as pertenças étnicas e culturais das populações que a mantinham. Tal quadrava bem com a determinação de Manuel Heleno em considerar a nacionalidade portuguesa perfeitamente definida “desde os tempos da pedra polida” (Carlos Valentim, *Idem*). Mesmo quando se referem a assuntos específicos como o Megalitismo ou a época romana, e ainda que se detalhe criteriosamente a metodologia empregue, bem como a descrição exacta das peças escavadas, o referencial nacionalista, prenúncio da identidade nacional portuguesa, é uma omnipresença. Esta escola ligava-se, de igual modo, ao legado de Leite de Vasconcelos, em particular à sua obra *Religiões da Lusitânia*, que pretende instaurar a mundividência deste povo como uma das traves-mestras da identidade portuguesa (João Afonso Corte-Real, “Lusitanidade de Évora”, *Ethnos*, vol. 7, 1970, pp. 215-244). Legado caracteristicamente oitocentista, que inscreve o acontecido no absolutamente insuspeitado, longinquamente relacionado com o darwinismo social e a ressalva “histórica” da pura autenticidade nacional, poderosos instrumentos de legitimação dos emergentes Estados-Nação. No contexto histórico do Estado Novo, em que a exaltação das glórias pátrias se encontrava na ordem do dia, o desvelar das pretensas raízes da Nação, sobretudo acobertada numa exposição tecnicamente irrepreensível e, por consequência, cientificamente credível, preencheria os desígnios políticos do dinamizador fundamental do periódico e dos seus apaniguados, muitos deles sócios do IAHE. O último número, de 1979 (pós-25 de Abril), com artigos dedicados à cultura campaniforme, bem como à cerâmica de importação e com um ensaio tipológico de indissolúvel matriz antropológica, contrariaria o referencial nacionalista exposto e denotaria uma inequívoca deriva processualista, desligados das explicações étnicas dos números anteriores, constituindo-se como interpretações *tout court* das sociedades passadas com base na cultura material, epistemologicamente alicerçadas no evolucionismo cultural e na Antropologia.

No conspecto dos 8 números, as publicações etnográficas seguem a mesma toada, dedicadas como são aos cantares populares, à gastronomia típica da zona das Beiras, à doçaria regional, às tradições religiosas



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

alentejanas, ressaltando, dentro das peculiaridades regionais, o substrato profundo da identidade portuguesa. Embora consistentemente reduzida em termos da economia do discurso da revista, raro é o artigo de temática historiográfica que escape aos séculos XV-XVIII, com especial incidência em Quinhentos, sendo quase sempre coerente com o ideário estado-novista. Sendo um empreendimento distinto, poder-se-á dizer que a temática, bem como o tratamento da informação se harmonizam com a edição dos *Monumenta Henricina*, por Manuel Lopes de Almeida, Idalino Ferreira da Costa Brochado e António Joaquim Dias Dinis O.F.M., e dos *Descobrimentos Portugueses*, de Silva Marques, antigo membro da *Ethnos*, já referido.

Desde a fortaleza de Malaca, à (sintomaticamente escolhida) derrota de Nassau na Baía, a relações de viagens inéditas a vários pontos do Império, à chancelaria de D. Manuel, à cartografia das Descobertas, a Gil Vicente, ao Infante D. Henrique e até ao debatidíssimo *leitmotiv* das causas da expansão portuguesa no Magrebe (mormente focado na repescagem das teses sergianas a respeito da tensão entre a burguesia e a nobreza e no reaproveitamento do ideal de Cruzada como motores principais da empresa de Ceuta), a Expansão Portuguesa avulta claramente, com a consolidação da ideia de que o Império era o destino histórico de Portugal e que o Infante se transformara no homem do leme, na figura visionária e transcendental que primeiramente cumprira esse desígnio elevado e patriótico, não descurando o rigor dos princípios historiográficos de transcrição documental.

Em suma, alicerçada num ideário enformado pela necessidade de preservar o património arqueológico, histórico e etnográfico da “nação portuguesa”, a *Ethnos*, ainda que esparsamente publicada, serviu como palco de afirmação de uma certa concepção do devir da nacionalidade portuguesa, profundamente coerente com o *Zeitgeist* do nacionalismo cultural, estendendo-a até ao Neolítico, e incorporando deliberadamente os Lusitanos. Institucionalmente sedeadada no Museu Etnológico, na Faculdade de Letras de Lisboa e na sua derivação do IAHE, fez parte da reinvenção do legado científico da figura tutelar de Leite de Vasconcelos por parte do seu discípulo Manuel Heleno.

**Bibliografia:** Carlos Fabião, “Um século de Arqueologia em Portugal I”, *Al-Madan*, série II, nº 8, 1999, pp. 104-106; IDEM, *Uma História da Arqueologia Portuguesa: das origens à descoberta da Arte do Côa*, Lisboa, Clube do Coleccionador dos Correios, 2011; Carlos Manuel Valentim, “HELENO (Júnior), Manuel Domingues, *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (coord. Sérgio Campos Matos), Disponível online em [dichp.bnportugal.pt](http://dichp.bnportugal.pt/); *Ethnos. Revista do Instituto de Arqueologia, História e Etnografia*. 8 vols., Lisboa, IAHE, Fundação Calouste Gulbenkian, Secretaria de Estado da Cultura, 1935-1979; João Luís Cardoso, “O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia Portuguesa”, *Al-Madan*, Série II, nº 8, 1999, pp. 138-156; João Luís Cardoso, Luís Raposo, Nuno Bicho e Carlos Fabião (edição), *Manuel Heleno: Pioneiro do Ensino e da Investigação Arqueológica em Portugal*





# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

(1923-1964), Suplemento 8 - *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013; João Paulo Silvestre, "VASCONCELOS [Pereira de Melo], José LEITE de, *Dicionário dos Historiadores Portugueses. Da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo* (coord. Sérgio Campos Matos) Disponível online [dichp.bnportugal.pt](http://dichp.bnportugal.pt/).

Gonçalo Matos Ramos



APOIOS:

**FCT**  
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

**BNP** BIBLIOTECA  
NACIONAL  
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO  
LUSO-AMERICANA